

Sindsep-MG participa de plenária de sindicatos cutistas

Os diretores José de Arimateia Leite de Menezes e Wilma (Instituto Chico Mendes, Paraopeba) participaram, na manhã desta terça-feira, 21, da Plenária de Sindicatos Cutistas, realizada na sede da CUT Minas.

Os representantes do Sindsep-MG prestigiaram a plenária, que foi conduzida pelo presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, e debateram sobre a atual conjuntura política nacional. O presidente fez uma autocrítica ao destacar que a CUT se afastou bastante da base nos últimos anos. Para ele, as eleições municipais será o momento crucial para a instituição reestabelecer este canal de diálogo a fim de somar forças na luta pela defesa e retomada dos direitos dos trabalhadores.



Com início de nova alíquota previdenciária em março, servidores retomam mobilização

Com a reforma da previdência aprovada em novembro do ano passado, os servidores públicos vão começar a sentir no bolso os prejuízos trazidos pela maior contribuição prevista no texto. A partir de março, os novos percentuais de contribuição previdenciária para servidores aposentados começarão a valer.

Mas a ordem das instituições sindicais e do funcionalismo é não se paralisar enquanto acontece o desfalque no bolso dos trabalhadores. Atos contrários em todo o país e contra com a iminência da entrada em vigor das novas alíquotas estão previstos para mobilizar mais pessoas. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), um ato já está previsto para esta sexta-feira (24/01/2020), com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo a entidade sindical, haverá atos em Brasília, que devem capitanear o movimento, e em todos os estados, com apoio de grupos de diversas carreiras.

“Na discussão envolvendo a reforma da Previdência, muito se alertou sobre o impacto negativo que a proposta teria para aposentados e pensionistas do setor público. Com a aprovação da nova Previdência no Congresso Nacional e as regras sendo aplicadas, os prejuízos devem começar a ser sentidos”, destaca a entidade, em comunicado.

Outras mudanças

No caso dos servidores federais, a alíquota atual é de 11%. Quem aderiu à Funpresp, a Previdência complementar, ou ingressou no funcionalismo público depois de 2013 recolhe os mesmos 11%, mas sobre o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — R\$ 6.032, 73.

Para receber mais na hora de se aposentar, esse servidor pode optar por contribuir para o fundo complementar. Porém, para os servidores que continuarem ligados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as alíquotas vão variar de 7,5% a 22%.

Como a incidência da contribuição será por faixas de renda, torna-se necessário calcular caso a caso para ver quem vai pagar mais ou menos. As principais entidades sindicais acreditam que o servidor pagará mais.

Entre as mudanças, estão as regras para o funcionalismo público se aposentar. O servidor terá que trabalhar por 25 anos, 10 anos no serviço público e pelo menos 5 anos no cargo no qual irá se aposentar (veja principais regras no fim da reportagem).

Servidores da Cultura esperam retomar diálogo com o governo com mudança na Secretária

Alvo de desmonte desde o governo de Michel Temer, as políticas culturais foram se aprofundando durante o governo de Jair Bolsonaro, que, inclusive, rebaixou o então Ministério ao status de Secretaria. A situação na pasta atingiu seu ápice na última semana com a publicação de um vídeo no qual o ex-secretário Roberto Alvim fazia declarações nazistas ao anunciar a criação do Prêmio Nacional de Arte. Mas este não se trata de um fato isolado.

Para o presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinc), Sergio Pinto, os servidores estão estarecidos, confusos e decepcionados com os últimos acontecimentos da Secretaria de Cultura, e que a queda de Alvim é resultado do processo de desconstrução das políticas culturais e do autoritarismo do atual governo.

Segundo servidores da Secretaria da Cultura, na gestão de Alvim, o órgão interrompeu projetos importantes para a cultura e cessou o diálogo com os servidores, que, por isso, ficaram estarecidos com as declarações nazistas do ex-secretário. Diálogo este que o funcionalismo anseia recuperar a com a nova secretaria, a atriz Regina Duarte, estabelecendo um canal de diálogo entre o governo, os servidores e o próprio setor cultural.

Conforme relatos de servidores, o afastamento de Roberto Alvim da Secretaria não resolve o problema do ultra conservadorismo e do totalitarismo nas políticas da pasta. O discurso dele não apenas copiou Joseph Goebbels, ministro da Propaganda na Alemanha nazista, como reflete a proposta cultural que o presidente Jair Bolsonaro tem para o Brasil, "enraizada na nobreza dos mitos fundantes do País", como declarou o gestor exonerado, ao anunciar o prêmio.

Mobilização dos servidores se torna mais difícil com fatiamento da reforma administrativa

A decisão do governo federal de fatiar a reforma administrativa em vários projetos legislativos vai dificultar a reação dos servidores públicos. A avaliação é do coordenador da Frente Parlamentar do Serviço Público, o deputado federal professor Israel (PV-DF), que tem trabalhado no Congresso contra o fim da estabilidade e a possibilidade de redução salarial dos servidores.

"Dificulta porque também fatia o debate e prejudica a compreensão sobre os reais impactos sobre o servidor. E, assim, facilita o governo de ter ganhos parciais. A ideia de fatiar a reforma é, portanto, uma ideia desmobilizadora", lamentou o professor Israel, que, no entanto, promete continuar realizando estudos e negociações para tentar aliviar as propostas do governo que modificam as regras atuais do funcionalismo público.

A reforma administrativa é apontada como uma das prioridades do Ministério da Economia em 2020. A pasta, comandada por Paulo Guedes, chegou até a finalizar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o tema no ano passado, mas a apresentação desse texto foi adiada depois que o presidente Jair Bolsonaro percebeu a resistência que certas ideias enfrentariam no Congresso.

Nessa semana, o governo anunciou, então, que vai fatiar a reforma administrativa. Primeiro, será apresentada uma PEC sobre a estabilidade dos servidores. E, depois, projetos de lei e decretos relativos aos outros pontos da reforma. A PEC deve chegar ao Congresso em fevereiro e os demais projetos a partir de março, como antecipou o Congresso em Foco.

Parlamentares como o Professor Israel dizem, por sua vez, que as primeiras ideias da reforma administrativa já chegaram ao Congresso, embutidas nas PECs que foram apresentadas pelo governo no pacote pós-Previdência. "A PEC Emergencial cria o chamado gatilho fiscal, que é uma autorização para o governo tomar providências como a suspensão de viagens, a suspensão do pagamento de diárias e a diminuição do salário dos servidores diante de uma crise fiscal. E essa PEC vai direto no servidor, pois autoriza a diminuição do salário e até a demissão dos servidores antes de prever o corte dos salários do primeiro escalão do governo, que é o que deveria acontecer", argumenta o representante da Frente Parlamentar do Serviço Público.

Ele diz, então, que os estudos sobre a reforma administrativa já começaram e devem gerar debates antes mesmo de essa nova proposta do governo chegar ao Congresso. E admite: o que mais tem preocupado o funcionalismo público - e, por isso, deve sofrer mais resistência - é o fim da estabilidade.

"A estabilidade é uma garantia do período da redemocratização. Tratam como se fosse um mero privilégio, mas tem o caráter de manutenção das instituições democráticas. Então, você pode fazer ajustes na estabilidade e criar mecanismos para que o mau servidor não prospere, mas não pode acabar com a única garantia de separação entre a área política e a área técnica do governo", defendeu o deputado, explicando que a estabilidade garante a manutenção de um quadro técnico isento e competente no funcionalismo público, que são será trocado a cada governo em função das visões ideológicas dos governantes em exercício.

Também preocupam, contudo, o aumento do tempo de estágio probatório e a possibilidade de redução salarial dos servidores. O professor Israel explica que a primeira medida pode transformar os funcionários públicos em trainees e a segunda contraria as prerrogativas atuais do funcionalismo, que proíbe o corte dos vencimentos públicos.

Por isso, promete fazer uma análise técnica aprofundada de todos os textos que serão apresentados pelo governo para desenvolver uma estratégia jurídica que defenda os interesses dos servidores. Ele admite, porém, que será necessário buscar apoio de outras frentes e lideranças partidárias, já que o fatiamento da proposta deve pulverizar e alongar o debate sobre a reforma administrativa no Congresso.

Calendário de Atividades

24/01 – Dia Nacional dos Aposentados/as

9h30 – Plenária sobre a Reforma da previdência: A reforma e os seus impactos para os/as trabalhadores/as aposentados/as e os quase aposentando, realizada na Sede Nova da CUT Minas (Rua Pedro de Carvalho Mendes, 70 – Bairro Colégio Batista)

13h – Panfletagem na Praça 7

24/01 – Ato em Defesa dos Servidores Públicos e dos Direitos dos Trabalhadores Aposentados, das 9h30 às 11h30, no Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios (entre o bloco C e D), Brasília.